

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ÓRGÃO SOLICITANTE

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – MUNICÍPIO DE URUSSANGA SC

### 1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto aquisição de uma caçamba basculante sextavada 6x4 com perfil meia cana, nova, de ótima qualidade, condições e especificações a seguir estabelecidas neste documento em atendimento a Secretaria de Infraestrutura do Município de Urussanga/SC, conforme segue abaixo:

Caçamba Basculante sextavada 6x4

Meia cana – Mineração

Capacidade de carga: 12 m<sup>3</sup> (doze metros cúbicos) - com sistema de pistão frontal

Comprimento de 4.850 mm

Largura de 2.350 mm

Altura de 1.060 mm

Laterais com chapa de aço SSAB HARDOX 450 de 8,00 mm

Parte frontal com chapa de aço SSAB HARDOX 450 de 8,00 mm

Assoalho com chapa de aço SSAB HARDOX 450 de 10,00 mm

Chassi com chapa de aço ASTM de 8,00 mm (duplado)

Tampa traseira com abertura de guilhotina SSAB HARDOX 450 de 8,00 mm

Bomba hidráulica acompanhando acoplada – acionamento acoplado

Tomada de força incluso nova

Cilindro hidráulico tendo 01 pistão frontal - 04 estágios HYVA MINERIO

Pintura de fundo anticorrosivo epóxi

Pintura de acabamento em PU na cor branca

Caçamba entregue instalada no caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851.

Entrega do caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851 com a caçamba instalada na Secretaria de Infraestrutura do município de Urussanga situada no endereço: Avenida Ivo Silveira, 923, Bairro das Damas, Urussanga, SC, ao lado da Delegacia de Polícia Civil.

Acompanhado com Para-lamas / Para-barros / Para choque traseiro / Faixas refletivas / Corote d' água / Caixa de ferramentas / Escada Lateral.

Hardox legítimo com romaneio de rastreabilidade (nada de chaparia genérica).

Prazo de entrega de 30 a 45 dias.

Garantia de 12 (doze) meses, abrangendo toda a parte estrutural e hidráulica, salvo desgaste natural ou falha de operação. A contar da data da entrega técnica.

Observação: O caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851 com a caçamba atual deve ser recolhido na Secretaria de Infraestrutura do município de Urussanga (Garagem da Prefeitura) situada no endereço: Avenida Ivo Silveira, 923,

Bairro das Damas, Urussanga, SC, ao lado da Delegacia de Polícia Civil, e transportado com caminhão apropriado respeitando normas de peso e dimensões estabelecidas pela legislação conforme regulamentações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) para a desinstalação da caçamba atual e instalação da caçamba nova (objeto deste documento). E quando finalizada a instalação da caçamba nova (objeto deste documento), entregar o caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851 (com a caçamba nova - objeto deste documento), sendo transportado novamente com caminhão apropriado respeitando normas de peso e dimensões estabelecidas pela legislação conforme regulamentações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) no endereço da Secretaria de Infraestrutura do município de Urussanga (Garagem da Prefeitura) situada no endereço: Avenida Ivo Silveira, 923, Bairro das Damas, Urussanga, SC, ao lado da Delegacia de Polícia Civil, entregar também neste mesmo endereço a caçamba que foi desinstalada do caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851.

## **1.1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

A respectiva unidade atribuída é conforme a essencialidade da pretensa contratação em função da sua utilização certa, sendo definido mediante observância à previsão da demanda a ser atendida.

Anexo I.

## **1.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação do objeto aqui apresentada que será entregue, bem como, deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

A futura contratada deverá adotar todos os requisitos e práticas necessárias no fornecimento do objeto e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio do produto em questão, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

### 1.3. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA E A QUANTIDADE

A necessidade é a aquisição de uma caçamba basculante sextavada 6x4 de 12m<sup>3</sup> (Doze metros cúbicos), conforme características apresentadas, para a Secretaria de Infraestrutura do município de Urussanga/SC.

### 1.4. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor foi produzido através de orçamentos em anexo.

O valor estimado para a referida contratação está orçado em R\$ 115.666,67 (Cento e quinze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

### 1.5. DA NATUREZA DO OBJETO

- O objeto é o único existente no mercado, de acordo com sua especificação.  
 O objeto desta contratação é caracterizado como comum, com características e especificações usuais de mercado.

O artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, estabelece que os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição, tratando-se de objeto classificado como comum, deverá realizar-se por meio de Pregão Eletrônico, atendendo ao princípio da economicidade, celeridade, eficácia, eficiência e padronização, que busca o melhor resultado.

A aquisição de uma caçamba basculante, conforme descrito como objeto deste documento, de ótima qualidade justifica-se face ao interesse público presente na necessidade de transportar pedra bruta quebrada.

Sendo também importante lembrar que a caçamba basculante para o transporte de pedra bruta deve ter uma estrutura reforçada, garantindo maior segurança e durabilidade.

O propósito para a compra deste objeto pelo Município de Urussanga está alinhado com a necessidade de atender às demandas de serviços públicos, garantir a qualidade, garantir segurança aos trabalhadores, economizar recursos públicos e promover o desenvolvimento local.

Desta forma justifica-se a essencialidade e o interesse público na referida aquisição.

## 3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

### 3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

- Sim  
 Não

#### 3.1.1. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações, com maior celeridade e transparência

- quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

**3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) PREENCHIDO PELO SETOR DE LICITAÇÃO:**

- Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).
- Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).
- Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

Justificativa:

**3.3. Será admitida a participação de consórcios?**

- Não
- Sim

**3.4. Será admitida a participação de cooperativas?**

- Não
- Sim

**3.5. Será admitida a subcontratação?**

- Não
- Sim

Condições e limites para a subcontratação:

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

Caso seja permitida, deve-se incluir itens que especifiquem a parcela do objeto a ser subcontratada, expondo seus limites e/ou condições, fundamentando as razões para subcontratar.

**3.6. Do agrupamento de itens em lotes**

- Não
- Sim

Justificativa:

**4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):**

- Não

Sim

**4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):**

Não

Sim

**4.3. Será exigida carta de solidariedade?**

Não

Sim

**4.4. Será exigida garantia de proposta?**

Não

Sim

## 5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 5.1. Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultura familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **5.3. Qualificação econômico-financeira**

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 5.4. Qualificação técnica

( ) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade.

( X ) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[...] \_\_\_\_\_  
[...] \_\_\_\_\_  
[...] \_\_\_\_\_

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

( ) Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....

Outras exigências de qualificação técnica:

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

( ) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

( ) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual, para cada um dos cooperados indicados;

( ) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

( ) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

( ) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

( ) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;  
e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e  
f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;  
A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A entrega deverá ser realizada de 30 a 45 dias após recebimento da Solicitação de Fornecimento (SF).

Garantia de 12 (doze) meses, abrangendo toda a parte estrutural e hidráulica, salvo desgaste natural ou falha de operação. A contar da data da entrega técnica.

Observação: O caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851 com a caçamba atual deve ser recolhido na Secretaria de Infraestrutura do município de Urussanga (Garagem da Prefeitura) situada no endereço: Avenida Ivo Silveira, 923,

Bairro das Damas, Urussanga, SC, ao lado da Delegacia de Polícia Civil, e transportado com caminhão apropriado respeitando normas de peso e dimensões estabelecidas pela legislação conforme regulamentações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) para a desinstalação da caçamba atual e instalação da caçamba nova (objeto deste documento). E quando finalizada a instalação da caçamba nova (objeto deste documento), entregar o caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851 (com a caçamba nova - objeto deste documento), sendo transportado novamente com caminhão apropriado respeitando normas de peso e dimensões estabelecidas pela legislação conforme regulamentações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) no endereço da Secretaria de Infraestrutura do município de Urussanga (Garagem da Prefeitura) situada no endereço: Avenida Ivo Silveira, 923, Bairro das Damas, Urussanga, SC, ao lado da Delegacia de Polícia Civil, entregar também neste mesmo endereço a caçamba que foi desinstalada do caminhão FORD CARGO 2623 6X4 – ANO 2013 – PLACA MLU 5D96, chassi 9BFZEAMDXDBS37851.

### 6.2. Local, horário e endereço de entrega

O local, e endereço de entrega estão especificados no item anterior, Da Execução do Objeto, em Observação.  
O horário de entrega deve ser respeitado o horário de trabalho 07:00 às 11:30 e 13:00 às 16:30.

### 6.3. Bens perecíveis

- Não  
 Sim

Se sim, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao determinado na descrição do item conforme recomendação do fabricante.

### 6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a ..... % do valor total do contrato?

- Não  
 Sim

#### 6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

- Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

A empresa fornecedora do objeto será responsável pela substituição, troca ou reposição, se porventura ser entregue o objeto com defeito, danificado ou não compatível com as especificações relacionadas neste documento. Na substituição do objeto, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

Garantia de 12 (doze) meses, abrangendo toda a parte estrutural e hidráulica, salvo desgaste natural ou falha de operação. A contar da data da entrega técnica.

### 7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

#### 7.1. Da Contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante

(como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/)).

## 7.2. Da Contratante

Obriga-se o Poder Legislativo/Contratante:

- comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;
- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- demais condições constantes do edital de licitação.

## 8. DO CONTRATO

### 8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- Somente por assinatura de contrato
- Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- Autorização de Fornecimento
- Ata de Registro de Preços
- Outro. \_\_\_\_\_

### 8.2. VIGÊNCIA

( ) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

( X ) O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do instrumento contratual**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

( ) O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar.

### 8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: ROBSON MIRANDA
Cargo: Secretário de Infraestrutura
Matrícula: 9934
E-mail: obras@urussanga.sc.gov.br

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 19; II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do

contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência; III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração; V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 19; VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial; VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento; IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

**Fiscal:**

Nome: HENRIQUE GASTALDON
Cargo: Diretor Administrativo de Infraestrutura
Matrícula: 9451
E-mail: obras@urussanga.sc.gov.br

A fiscalização será exercida no interesse do município de URUSSANGA/SC, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **9.1 Prazos**

Prazo de troca de bens rejeitados: 05 dias

Prazo de recebimento definitivo do objeto:

Prazo de liquidação do documento fiscal: \_\_\_\_\_

Prazo de pagamento: até 30 dias após a emissão da nfe

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- As despesas correrão a conta da dotação  
 Não se aplica por ser Ata de Registro de Preços

## **11. DO VALOR ESTIMADO**

11.1. O valor total estimado é de R\$ 115.666,67 (Cento e quinze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

## 12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

## 13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Robson Miranda

E-mail: obras@urussanga.sc.gov.br

Telefone funcional: 48 3465 2111 – 48 99935 6599

Urussanga/SC, 10 de março de 2026.

ROBSON MIRANDA  
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

HENRIQUE GASTALDON  
DIRETOR ADMINISTRATIVO DE INFRAESTRUTURA



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO I